

CEDI - P. I. B.  
DATA 02, 02, 93  
COD. KOD 03012

OS KRENAK DO RIO DOCE, A PACIFICAÇÃO, O ALDEAMENTO E A

LUTA PELA TERRA

*Maria Hilda Baqueiro Paraíso*  
Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Professora Adjunto II - UFBA

GT História Indígena e do Indigenismo

Apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS

23-27 de outubro de 1989

Caxambu - Minas Gerais

OS KRENAK DO RIO DOCE, A PACIFICAÇÃO, O ALDEAMENTO E A LUTA PELA TERRA

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Professora Adjunto II - UFBA

Os Krenak são um subgrupo Botocudo, do tronco linguístico Macro-Jê (Seki, 1986; Emmerich e Monserrat, 1975; Rodrigues, 1986), que recebeu, anteriormente, as seguintes denominações: Aimoré, Gren, Gueren ou Kren e Botocudo.

A denominação Aimoré foi-lhes atribuída pelos grupos Tupi que habitavam o litoral da Bahia, com os quais os primeiros colonizadores entraram em contacto. Inicialmente, a denominação genérica era Tapuio, em oposição a Tupi, e, mais tarde, especificamente Aimoré, Ambaré, Guaimuré ou Embaré, que, segundo a interpretação de Souza (1943), seriam corruptelas provenientes das possíveis composições aib-poré (habitantes das brenhas), aiboré (malfeitor) ou aimb-buré (aqueles que usam botoques de emburé-barriguda). São, ainda, consideradas como prováveis as seguintes origens da palavra: guaymuré (gente de nação diferente) ou Aimbiré (nome do chefe indígena aliado dos franceses no Rio de Janeiro, citado nas obras de Anchieta e, por Gonçalves Dias, no seu poema Confederação dos Tamoios).

Já no século XVII, os Botocudo são referidos como Guerén, Gren ou Kren (cabeça), o que seria a autodenominação do grupo, termos que serão substituídos, no século XIX, por Botocudo. Esta denominação foi-lhes atribuída pelos colonizadores portugueses, devido ao hábito de o grupo usar botoques labiais e auriculares de grande tamanho, de madeira branca e leve - a barriguda (*Bombax entriculosa*). A partir desse momento, a denominação BOTOCUDO tornou-se de uso corrente na Bahia, Minas Gerais e Es

Íruto Santo.

A intensificação dos contactos interétnicos levou a que, anos mais tarde, a partir do fim do século passado, predominassem as autodenominações dos pequenos grupos - Nak-nanuk, Krakmun, Etwet, Nakrehé, Gut-Krak, Jijorok, Pojixá, Krenak, Nep-Nep, Miñajirum - que tiravam sua designação dos nomes de seus capitães ou de acidentes geográficos (Emmerich e Monserrat, 1975).

Os Krenak são um subgrupo Gut-Krak (montanha do Cágado - Serra dos Aimorés), tendo recebido o nome do seu capitão (Krenak), que chefiou uma dissidência do antigo Capitão Tetchuk, o qual estabelecera os primeiros contactos com os representantes do SPI no Espírito Santo (Estigarríbia, 1913 e 1934).

Manizera (1919) afirma que a razão da dissidência foi um crime de morte cometido por membros do grupo liderado por Krenak, o que os impossibilitava de continuar a convivência ou de retornar a área do grupo de Tetchuk.

Tetchuk, irmão de Krenak, aceitou de imediato o contacto, tendo sido aldeado com seu grupo no PI Pancas. Krenak, não aceitando o contacto, refugiou-se nas matas do Município de Resplendor, às margens do rio Doce (Estigarríbia, 1913 e 1934). A idéia inicial do SPI era atrair os liderados de Krenak para o PI Pancas, no que não obteve sucesso, sendo que o filho de Krenak e seu sucessor, o capitão Muin, deitava-se no chão, fingindo cólicas insuportáveis cada vez que se falava no assunto (Almeida, 1978).

O grupo Krenak refugiara-se numa área de floresta ainda intocada pelos nacionais, embora o rio Doce começasse a ser devassado a partir do século XVIII, com a descoberta de ouro no alto curso do rio. O baixo rio Doce foi ocupado de forma intermitente no estado do Espírito Santo. O médio rio Doce manteve-se, entretanto, fechado à penetração dos nacionais e dos reinóis, por

duas razões: a primeira, a difícil navegabilidade do rio neste trecho mineiro; a segunda, talvez a mais eficaz, a classificação deste trecho do rio como "zona proibida" por Portugal, que procurava com esta atitude evitar o contrabando de ouro (Strauch, 1958).

No século XIX, sob a égide de Marlière e com o objetivo de estabelecer-se o comércio entre Minas e Espírito Santo, foram criados quartéis e destacamentos ao longo do rio Doce, principalmente junto às cachoeiras e confluências de grandes afluentes, como é o caso de Figueira (Góvernador Valadares), Cuieté e Natividade (Aimorés). Este novo ciclo parece não ter alterado sensivelmente a ocupação da margem esquerda do rio, que só foi efetivamente habitada a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no início deste século. Egler, 1962; Almeida, 1959; Ollian, 1965; Steains, 1886).

Ollian (1965-6) ao se referir a região diz: "até 1910 os civilizados dominavam as terras até a margem direita do rio Doce. Além da outra margem ficava o domínio dos Botocudos que ia ainda dessa margem e o rio Sapucaí grande até as divisas do Espírito Santo".

Os Krenak estavam numa área onde vários subgrupos Botocudo resistiam às pressões e provocavam preocupações no governo de Minas Gerais. Inúmeros relatórios indicavam a necessidade de se estabelecer contacto com os índios de Natividade (Aimorés), Cuieté, Itueta e Manhassú, de se criar um Posto de Atração e posteriormente, se aldear estes grupos que ameaçavam os projetos de instalação de colônias para trabalhadores nacionais e estrangeiros, principalmente alemães e italianos que haviam fracassado na região serrana do Espírito Santo. (Silveira, 1910).

Inicialmente foi indicado o padre André Colli para realizar tal tarefa, que não obteve sucesso. A crescente complexidade da questão, com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Mi

nas, determinou a criação da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios em Minas Gerais, no ano de 1910, sob a administração de José Alberto Portella, na cidade de Teófilo Ottoni (Prates, 1912). O ofício de 4 de outubro de 1909, dirigido ao Ministro da Agricultura, já sugeria a escolha de uma área, a ser doada pelo Estado de Minas Gerais, para efetivar o aldeamento.

A opção da área para instalação do aldeamento recaiu sobre o vale do rio Eme, afluente da margem esquerda do rio Doce, onde se localizavam algumas aldeias dos Krenak: a antiga aldeia da praia do Gata, o Quijeme-Brek (aldeia bonita), às margens das cabeceiras do rio Eme, a aldeia da barra do rio Eme e a do Quati-Quati, nas matas do rio Eme (Vital, 1918; Estigarríbia, 1919 e 1920; Ribeiro, 1918; SPI, 1922; Jaguaribe, 1918; Caldas, 1918; Paula, 1945; Lobo, 1918).

Instalado o Posto de Atração em 1913, o SPI iniciou os trabalhos, sob a coordenação do funcionário Cândido Chaves, que entrou em contacto, inicialmente, com o pequeno grupo liderado pelo filho de Krenak, o capitão Muin. Afirmava-se que, naquela época, viviam nas matas de Resplendor 120 Krenak (Estigarríbia, 1913).

O primeiro contacto de Chaves com os Krenak ocorreu nas matas de Resplendor. Naquele momento, já havia se estabelecido grave ameaça de choque entre os indígenas e a turma de trabalhadores, chefiado pelo Coronel José Caetano Pimentel, que marcava a Colônia Bueno Brandão para trabalhadores nacionais em área vizinha à ocupada pelos Krenak.

O SPI pensou em transferí-los para o PI Pancas (Espírito Santo), tendo os Krenak se recusado e exigindo o estabelecimento de novas negociações com o governo de Minas Gerais.

Acatando a decisão dos índios, a área que lhes foi, posteriormente doada, ficou a W da colônia nacional (Estigarríbia, 1934).

Nessa época, já havia uma cisão no grupo de Krenak - <nak. A morte de uma das esposas de Krenak fez com que o cunhado do líder, o chefe Orimã, imaginasse que sua irmã havia sido assassinada, fazendo-o afastar-se do Quijeme-Brek e do contacto com o SPI (Estigarribia, 1913 e 1934; Manizer, 1919).

Assim, o pequeno grupo Krenak estava na seguinte situação frente ao estabelecimento de contacto com a sociedade nacional: o grupo liderado por Muin mantinha contacto regular com a administração do SPI, escolhendo, inclusive, o local onde deveria se instalar provisoriamente a sede do PI; o grupo liderado pessoalmente por Krenak, que estava doente e velho e não saía da Aldeia Bonita (quijeme-brek), recebia com tranquilidade as visitas dos funcionários do SPI; o grupo liderado por Orimã se recusava a manter qualquer contacto (Estigarribia, 1913).

Os Krenak viviam em casa comum e, recusando-se a habitar nas casas individuais, com piso taqueado, que o governo de Minas Gerais exigia serem construídas para melhor acomodá-los, criando grande celeuma entre o Estado e o SPI (Estigarribia, 1919; Valério, 1923; Lima, 1923).

Em decorrência das negociações estabelecidas entre o Estado de Minas Gerais e o SPI, iniciou-se a demarcação de 2000ha de terras devolutas em torno do rio Eme, antes mesmo de se processar a doação das terras visava-se, assim, definir claramente a área destinada aos Krenak e Fojixá e outros índios porventura ali existentes, e os colonos a serem instalados na Colônia Agrícola Bueno Brandão.

Assim, em 1918, o engenheiro Olímpio de Freitas Caldas, assessorado pelo "língua" Joaquim Cristino, iniciou os trabalhos de demarcação. Enfrentou sérios problemas decorrentes, inicialmente, da dificuldade de conseguir trabalhadores que quisessem ir para uma região infestada de índios "selvagens", animais fero-

zes e com alta incidência de malária.

Os autos de demarcação de 1918 são claros ao explicitar não haver encontrado, em qualquer ponto da área, presença de brancos. No entanto apenas três aldeias foram incluídas nesta demarcação: a da barra do Eme, a da praia do Gata e a de Quati-quati (Caldas, 1918; Lobo, 1923).

Mesmo a demarcação ocorreu enfrentando uma série de dificuldades no trato com os índios. Em fevereiro de 1918, os índios, chefiados pelo capitão Muin, revoltaram-se e expulsaram a equipe responsável pela demarcação. A alegação do engenheiro foi que o "língua" havia levantado os índios, ao lhes dizer que os recursos que o Estado de Minas Gerais enviava à equipe, que deviam ser usados para os índios, estavam sendo desviados. No entanto o engenheiro afirmava que ele entregava os presentes ao intérprete e que este, sim, os desviava (Caldas, 1918).

Assustados, os trabalhadores se retiraram e se recusaram a voltar para a área, a não ser que lhes fossem concedido armamento e proteção de quinze homens armados (Caldas, 1918; Jaguaribe, 1918).

Após longas negociações, a demarcação foi finalmente concluída. Porém só no ano de 1920 a Assembléia Legislativa do estado e o governo mineiro fizeram a doação definitiva da área (Decreto nº 4462, de 10 de dezembro de 1920), tendo incluído mais 2000ha, atendendo às reivindicações do SPI de ampliá-la para incluir mais algumas aldeias. A partir deste momento, apenas a aldeia de Quijeme-Brek ficou excluída (Lobo, 1922).

A população Krenak, aldeada em 1913, num total de 73 indivíduos, já havia sofrido alterações significativas na sua composição. No ano de 1914, enfrenta forte epidemia de varíola, reduzindo significativamente o montante total da população. Já em 1917, o grupo dissidente do Caritão Crinã estabeleceu-se com o

grupo de Muin, aumentando o total para 100 pessoas. Porém a nova dissidência estabeleceu-se sob a chefia do capitão Kembruk, que se retirou para a floresta. No ano de 1920, foram trazidos os índios de Etwet, cumprindo a determinação do decreto que destinava a reserva principalmente para os Krenak e Pojixá. Com isto, tivemos um novo incremento, fazendo a população somar, outra vez, cem pessoas. (Estigarribia, 1913; Carvalho, 1917; Jaguaribe, 1918; Caldas 1918; Lobo, 1918 e 1920; Simões da Silva, 1918)

O SPI, atendendo à política da época, iniciou, no ano de 1921, os arrendamentos para trabalhadores nacionais. Inicialmente em número de quatro, estes trabalhadores pagavam as suas taxas "in natura", sob a alegação de que com estes produtos poder-se-ia alimentar melhor os índios, que eram nômades e praticavam uma agricultura incipiente (Silva, 1953, dat).

No início, o SPI conseguia manter sob controle o número e a ação dos arrendatários. Posteriormente, entretanto, a situação fugiu do seu controle, criando-se um quadro que não se conseguiu resolver até hoje.

Finalmente, em 1923, ocorreu grave incidente entre os índios e os colonos da Bueno Brandão, forçando o Estado de Minas Gerais a iniciar a nova demarcação.

No local denominado Euparak, também conhecido por Aldeia de Cima ou Quijeme-Brek, os Krenak foram atraídos para uma armadilha por colonos. Tendo sido convidados a "beber uma garapa de confraternização", os índios terminaram por ser abatidos por longo tiroteio. Morreram nove índios entre mulheres (duas), crianças (quatro) e homens (três), e ficaram gravemente feridos sete, inclusive o xamã do grupo - Krembá. Dos dez identificados como responsáveis pelo massacre, só seis foram presos e responderam processo, sendo um condenado e os demais absolvidos (Estigarribia, 1923; Pequeno, 1969).



Os efeitos imediatos deste massacre se fizeram sentir não apenas na desarticulação do grupo, dificultando a sua reprodução social. O massacre também fez com que os Nakre-hé, do Etwet, optassem por retornar a seu território, do qual haviam se retirado por não suportar as pressões dos nacionais. Outro efeito foi fazer com que os Krenak, assustados com o evento e com a presença de policiais, solicitados pelo SPI para evitar o segundo massacre, que já se encontrava planejado, buscassem refúgio na aldeia da barra do Eme, sob a proteção do SPI (Estigarribia, 1923 ; Pequeno, 1969).

Neste mesmo ano de 1923, foram publicados os editais de demarcação, não se tendo apresentado qualquer reclamante. O início da demarcação foi bastante conturbado. O primeiro ponto de discórdia resultou do fato de os técnicos representantes do Estado discordarem da administração que o SPI realizava na área. Afirmavam eles que o SPI não havia posto os índios em casas individuais, como era o projeto. O SPI alegava que os índios se recusavam a viver em casas que não fossem coletivas e rejeitavam as casas taqueadas, porque não se lhes permitia acender suas fogueiras à noite para se aquecerem. Outra crítica era a de que o órgão protecionista oficial não havia aberto estradas na área doada, dificultando o acesso e deslocamento dos funcionários. O SPI argumentava não haver construído a estrada até o momento porque o Capitão Muin, alegando receio de o grupo ser atacado pelo dissidente Orimã, não a aceitava (Lobo, 1923; abaixo-assinado, 1922; Engenheiro do 2º Distrito de Terras, 1923); isto apesar de Orimã viver com o grupo de Muin desde 1917.

Porém a questão mais grave referia-se à não aceitação por parte dos engenheiros da demarcação de 1918. Alegavam eles que esta havia sido feita incorretamente, deixando uma área não demarcada sem acesso a rios, contrariando as normas vigentes na época (Valério, 1923). O inspetor do SPI, Lobo (1923), alegava que

a demarcação deveria ter continuidade, usando como base inicial os 81 lotes, perfazendo de 2.000ha que haviam sido demarcados em 1918, considerando que:

a) já havia sido feita a escritura da área em nome da União, logo após o decreto de doação;

b) o registro foi feito respeitando o parágrafo único do Artigo 1º da lei resultante do decreto;

c) os oitenta e um lotes correspondiam aos citados no decreto e na lei que efetivaram a doação;

d) as terras mais adequadas à nova demarcação eram as adjacentes às demarcadas no vale do rio Eme, por que ali estavam concentradas algumas aldeias;

e) as terras haviam sido percorridas em 1918, sendo devolutas e desocupadas, não havendo, portanto, obstáculos à sua demarcação e incorporação ao patrimônio da União;

f) na área havia apenas as benfeitorias feitas pelos índios derrubadas e plantações (Lobo, 1923).

Estas contradições foram resolvidas com a negociação direta entre Rondon e o Governador do Estado de Minas Gerais, tendo este autorizado o início da demarcação nos termos estabelecidos no acordo, através do ofício de 15 de maio de 1923 (Lobo, 1923).

A demarcação, que deveria iniciar-se em 1923, na verdade, foi completada no ano de 1927, tendo já sido encontrados cinco ocupantes nacionais, ainda sob controle do SPI (Espischit, 1927). O arrendamento era pago sem que se passasse recibo, e o número de arrendatários crescia rapidamente, criando atritos entre eles e os índios (Barbosa, 1929).

Outras discrepâncias surgiam entre o SPI e o governo do estado. O SPI acusava o Fiscal de Terras de Resplendor de

10

invadir o Posto Indígena, expulsando os funcionários e arrolando os seus bens sob a alegação de que a área não mais pertencia à União (Lobo, 1930). As denúncias culminaram na proibição de o Fiscal de Terras voltar à sede do SPI (Secretaria de Agricultura, 1931).

Em contrapartida, o Estado de Minas Gerais acusava o inspetor Lobo, do SPI, de retirar ilegalmente madeira, beneficiando-se e desviando recursos para financiar tropas governistas anti-Getúlio (Lobo, 1930).

Alegando que o SPI não havia fundado a "colônia indígena", aqui entendida como uma vila de casas individuais e arruadas, estando os índios "integrados", isto é, sem mais terem suas práticas culturais tradicionais, o governo do estado exigia que as terras fossem devolvidas a seu domínio (Lobo, 1930). Baseava-se no Artigo nº 1 do Decreto, que afirmava que caso não se realizassem os projetos integracionistas, tal fato ocorreria (informação da Secção de Terras, 1930).

Após longas discussões e pareceres, os juristas do Estado de Minas Gerais chegaram à conclusão que, como o decreto de doação não estipulava prazo para a criação da "colônia", não se poderia processar a devolução das terras da União ao estado (informação da Secretaria de Agricultura, 1931).

Na tentativa de controlar o número crescente de arrendatários, o Inspetor Lobo impôs-lhes um novo modelo de contrato, no qual se estipulava como cláusulas a proibição de construção de benfeitorias, de manutenção, de más relações e de venda de bebidas aos índios, de expansão da área originalmente arrendada ou venda a terceiros do direito de ocupação. Ainda assim, o SPI não conseguia manter um controle efetivo sobre as pessoas que ocupavam as terras indígenas.

Em 1945, um funcionário do SPI (Nene, 1945) afir

mava que, apenas com muita dificuldade e acompanhado do Prefeito Municipal de Resplendor e do Delegado de Polícia local, conseguiu realizar o recenseamento dos ocupantes, encontrando 1.493 pessoas vivendo nos 4.000ha.

Em 1946, o inspetor Álvaro Soares da Silva impôs novos contratos de arrendamento, que passaram a exigir pagamento anual. No ano de 1949, pagava-se Cr\$ 6,00/ha; em 1950, passou-se a cobrar Cr\$ 10,00/ha e, em 1952, a taxa, que era inicialmente de Cr\$ 30,00/ha, passou para Cr\$ 300,00/ha, provocando a revolta geral dos arrendatários. Eram constantes as acusações de negociatas das terras indígenas pelos funcionários do SPI, chegando até mesmo a expulsar alguns dos índios para arrendarem as pequenas parcelas que ocupavam (Silva, 1953; abaixo-assinado, 1953).

Em 1955, a descoberta de uma mina de mica no centro da reserva estimulou novo movimento por parte dos arrendatários, agora comandados por um capitão-reformado do Exército brasileiro. Interessado em continuar a exploração do mineral, o Capitão Arlindo iniciou o trabalho de movimentar os arrendatários para que se processassem a reversão da doação da área Krenak e a titulação pelo Estado de Minas Gerais das áreas que estes ocupavam. Este movimento assumiu tais proporções que, até mesmo, culminou com a contratação de advogado - o mesmo que atua até hoje em defesa do grupo de fazendeiros.

No entanto o destino dos Krenak sofreria sério revés, ao se estabelecer uma negociata entre o SPI e a Polícia Florestal de Minas Gerais. A área passou a ser destinada à criação do Horto Florestal do rio Doce, sendo os índios transferidos para o Posto Indígenas Maxacali, no norte do estado. Os rendeiros passaram a pagar taxa de arrendamento à Prefeitura de Resplendor (Espírito Santo, 1981; de Marquet, 1982).

A administração da Polícia Florestal foi bastante conflituada com os arrendatários, dando-se, inclusive, o assassinato do referido capitão do Exército.

Antes de os Krenak serem levados para o Posto Indígena Maxacali (Portaria 362/58), houve um atentado à bomba, que destruiu quase totalmente a casa do chefe do posto, estabelecendo-se o caos e muitas acusações aos índios (Luzia Oliveira, 1989). Confusos, os soldados da Polícia Florestal chegaram e justificaram a transferência como punição pelo atentado. Embarcados em caninhões, os Krenak foram abandonados na cidade de Maxacali, a 30km da sede do Posto Indígena, sem que sequer o chefe daquele posto tivesse sido avisado da chegada do grupo (Souza, 1989). Este, quando soube que os Krenak estavam na cidade, deslocou-se para recolhê-los. Acomodou-os precariamente numa pequena parcela das terras Maxacali. Alguns índios, entretanto, resistiram à transferência e refugiaram-se nas ilhas do rio Doce, em frente à embocadura do rio Eme. Foram eles Teófilo, Jacó e Joaquim Grande (Júlia Krenak, 1989).

As condições de vida em Maxacali eram péssimas, tendo havido muitas mortes por fome e febre (Júlia Krenak, 1989). As relações entre os Maxacali e os Krenak eram tensas; inclusive eram inimigos tradicionais. As principais acusações eram que os Maxacali roubavam as roças dos Krenak, e a administração não tomava providências. Os Maxacali, por sua vez, sentiam-se incomodados com a convivência e a presença dos intrusos (de Marquet, 1982).

Insatisfeitos, os Krenak, em 1959, retornaram à pé até Governador Valadares, onde tomaram o trem até a Estação Krenak (Espírito Santo, 1981; de Marquet, 1982; Laurita Félix, 1989). Alguns índios retornaram e passaram a conviver com a Polícia Florestal, que não realizava investimentos ou prestava assistência aos índios. Outros membros do grupo Krenak, entretanto,

ISA

13

não retornaram, tendo "se perdido no mudo" (Laurita Félix, 1989; Espírito Santo, 1981); outros foram para o Posto Indígena Vanuíre, em São Paulo.

Quando o SPI retomou a área, em 1966, o seu inspetor, Augusto de Souza Leão, afirmava ter encontrado "em estado precário as dezesseis casas" dos índios e da administração (apud de Marquet, 1982).

Novos fatos vieram atormentar a vida dos Krenak. Um convênio entre a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e a Funai trouxe o Capitão Manuel Pinheiro para a direção da vida do grupo.

Em 1966 é criada a Guarda Rural Indígena (GRIN), que funcionaria como agente repressivo naquelas comunidades indígenas que resistiam ceder aos interesses da sociedade nacional.

1967 é o ano em que o Posto Indígena Guido Marlière é transformado no Reformatório Agrícola Indígena, também conhecido como Centro de Reeducação para índios, obrigando os Krenak a conviver com inúmeros índios definidos como "malfeitores". Muitos desses índios, depois, foram transformados em trabalhadores rurais, tendo alguns deles, inclusive, se casado com mulheres Krenak e continuam a viver até hoje com a comunidade.

Em 1968 é criada a Ajudância Minas-Bahia, novo órgão administrativo da Funai para a região referida, sendo seu primeiro chefe o já citado Capitão Pinheiro.

No ano de 1969, instalam-se na área Krenak vinte índios Guarani da cidade de Parati, Rio de Janeiro, passando a compartilhar as péssimas condições de vida, a falta de terras e de assistência e a convivência forçada com os prisioneiros,

Os anos de 1969 e 1970 caracterizam-se pelo fortalecimento das pressões por parte dos fazendeiros, recebendo amplo apoio da imprensa e dos deputados estaduais. A ação, ingrec-

sada pela Funai, de pedido de reintegração de posse, é ganha em 21 de março de 1971 (Funai, 1971; CIMI, 1979), e é dado um prazo de quinze dias para que os fazendeiros se retirem da área Krenak. O governador do estado solicita, através de contacto com o Presidente da Funai, uma ampliação de prazo para a retirada dos arrendatários. Porém inicia, simultaneamente, uma linha de negociações que visa, na verdade, transferir os Krenak e não os fazendeiros. O acordo é fechado e, através do ofício de nº 452/Pres/Funai, de 1º de dezembro de 1971, o Presidente da Funai, Sr. Queiroz de Campos, determina a transferência dos índios para a Fazenda Guarani - área pertencente à Polícia Militar e também ocupada por grande quantidade de rendeiros e posseiros (Serra, 1973).

O Capitão Pinheiro, no seu afã de atender aos pleitos dos fazendeiros, sequer cumpriu a determinação da Funai de só receber a Fazenda Guarani livre de ocupantes, merecendo até mesmo repreensão por parte da presidência do órgão (Carvalho, 1980, dat.).

A Funai sabia que os índios não queriam a transferência, tendo expresso esta posição a um funcionário do órgão que os havia visitado em 1972. Eles afirmavam que, tendo que sair da área Krenak, preferiam ir para Vanuíre, onde já viam alguns parentes seus desde 1958 (Câmara, 1972).

A transferência deu-se em clima de total revolta. O arrendatário Mário Veitas (1989), para facilitar a transferência, que estaria sendo retardada por Pinheiro sob a alegação de que os índios não tinham alimentos para se sustentarem até as novas roças produzirem, doou um caminhão de alimentos à Funai. Três índios resistiram desesperadamente à nova transferência - Joaquim Grande, Jacó e Sebastiana -, tendo sido algenados e presos na solitária, enquanto os demais eram le-

vados sob a ameaça de que igual tratamento lhes fosse dispensado . Por último, foram embarcados os três que resistiram. O trajeto foi feito de trem até Governador Valadares, onde foram postos em caminhões, juntamente com os alimentos e seus pertences (Jaurita Félix; Bibiano Xerente; Maria Júlia Krenak; Maria Paula da Glória, 1989).

A sede do Posto Indígena ficou abandonada, sendo ocupada por Ailton Faria, filho de um dos arrendatários da área Krenak. Com a morte de Ailton, a gleba foi arrendada pela Ruralminas ao Patronato São Vicente de Paula, da cidade de Resplendor, que ali instalou um orfanato. Os fazendeiros foram todos titulados pela Ruralminas, órgão encarregado de administrar as questões fundiárias do estado (Veitas, 1989; Silva, 1989).

A insatisfação dos Krenak na Fazenda Guarani era grande, determinando, inclusive, que alguns índios abandonassem a área e fossem para Vanuíre, Colatina (Espírito Santo) e Conselheiro Pena (Minas Gerais). As principais razões para a insatisfação eram: as péssimas condições de vida; não haver, na Fazenda Guarani, rio de grande porte que lhes permitisse exercer a atividade da pesca - a mais valorizada forma de obtenção de alimentos; o clima muito frio; o fato de perderem todas as plantações devido ao solo já estar esgotado pelo antiquíssimo plantio de café; a convivência forçada com os Guarani e os Pataxó e a falta de argila para fazer cerâmica (Bibiano Xerente, 1989; Maria Augusta Krenak, 1989; Marcatto, 1979; Serra, 1973).

O chefe do Posto Indígena (Segundo, 1973) afirmava: "os índios perderam a colheita de feijão e a semente de arroz não nasceu. Os índios estão completamente desanimados com as terras da Fazenda Guarani e só falam, de modo geral, que não irão ficar na Guarani. Os índios Krenak reclamam constantemente as terras do Krenak e só falam que não vão ficar de maneira



nenhuma na Fazenda Guarani".

Em 1980, Carvalho, funcionário da Funai, afirmava categoricamente: "a totalidade dos índios Krenak deseja voltar as suas terras imemorais, localizadas à margem esquerda do rio Doce, no município de Resplendor - Minas Gerais. Na verdade, essa é a única reivindicação desses índios e também daqueles de outras tribos que, através do casamento, se uniram aos Krenak".

A Funai, talvez reconhecendo a inconstitucionalidade do seu ato, em nenhum momento transferiu a área Krenak para o Estado de Minas Gerais (Carvalho, 1980). Mas, ainda assim, o Presidente da Funai extinguiu o PI Guido Marlière, em 1974 (Portaria nº 157/74).

No ano de 1980, recebendo apoio do Grequi (Grupo de Estudos da Questão Indígena) e do CIMI, alguns Krenak, tendo esgotado suas tentativas de negociação com a Funai, retornaram a área, instalando-se na pequena parcela de 68,25ha, ocupada até o ano de 1978 pelo Patronato São Vicente de Paula, quando uma grande enchente do rio Doce deu-lhes grave prejuízo (Espírito Santo, 1981; de Marquet, 1982). Dos quarenta e nove índios que chegaram à Fazenda Guarani, apenas vinte e seis retornaram neste momento (Laurita Félix e José Alfredo de Oliveira, 1989).

Em 1983, finalmente, a Funai entrou na Justiça com uma Ação Ordinária de Anulação de Títulos, que ainda está tramitando no Supremo Tribunal Federal e que deverá ser julgada, provavelmente, neste ano ou no próximo, tendo como relator o Dr. Célio Borja.

A população Krenak está assim distribuída, hoje:

LOCALIZAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Krenak	50	42	92	62,6
Fazenda Guarani	3	7	10	6,8
Bananal	2	3	5	3,4
Vanuïre	17	22	39	26,5
Resplendor	00	01	01	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>75</b>	<b>147</b>	<b>100</b>

FONTE: Trabalho de campo (julho de 1989)

Se considerarmos a distribuição da população Krenak, vivendo na Reserva ou fora dela, teremos os seguintes dados:

POPULAÇÃO KRENAK	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Na Reserva	50	42	92	62,5
Fora da Reserva	22	33	55	37,5
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>75</b>	<b>147</b>	<b>100</b>

FONTE: Idem

A população Krenak, que vive na Reserva, está assim distribuída por sexo e idade:

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
0 - 10	22	15	37	40,22
11 - 20	15	12	27	29,35
21 - 50	11	13	24	26,09
+ - 51	02	02	04	4,35
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>42</b>	<b>92</b>	<b>100</b>

FONTE: Idem

O que podemos constatar através destes dados, é que a situação vivida pelos Krenak redundou na dispersão de sua população, comprometendo a reprodução social do grupo.

Entretanto, após a retomada da pequena parcela de suas terras, tem-se observado o retorno de inúmeras famílias. Principalmente, as que viviam em Colatina, Resplendor, Conselheiro Pena e Posto Indígena Vanuíre. Sabemos, através de depoimentos dos recém-chegados de Vanuíre, que outras famílias que vivem lá, neste momento, estão dispostas a se deslocar para a área Krenak. O que os impede é a falta de terras para trabalhar. Acreditamos que, com o julgamento da Ação de Nulidades de Títulos e a reintegração das terras, parte significativa ou a totalidade retornará ao território de posse imemorial.

Outro dado alentador é o potencial de crescimento desta população. Pelos dados coletados, apenas entre a população que vive na Reserva, podemos constatar que 69,57% do seu total está entre 0 e 20 anos de idade. No entanto, este potencial de crescimento torna mais dramática a situação das terras Krenak. Sem terra para trabalhar como sobreviverá este grupo?

Gostaríamos de ressaltar, apesar deste não ser o objeto central do nosso trabalho, que o grupo mantém vivas muitas de suas tradições, ativadas pela memória grupal, cujo grande repositório encontra-se nas mulheres do grupo.

Isto, apesar, da alta incidência de casamentos interétnicos, como podemos observar nesta tabela:

CASAMENTOS	Nº ABSOLUTOS	%
Com nacionais	9	33,33
Com outros índios	11	40,74
Com Krenak	7	25,93
TOTAL	27	100

Fonte: Trabalho de campo (julho 1989)

A baixa incidência de casamentos Krenak-Krenak deve-se aos seguintes fatores:

a) interdição de casamento entre primos de primeiro grau, o que limitava as possibilidades de casamentos por serem os Krenak uma pequena comunidade. Num determinado momento fazia com que quase todos, em idade de casar, fossem primos em primeiro grau;

b) alta taxa de mortalidade, o que reduziu o plantel disponível para casamentos em determinados momentos da vida do grupo;

c) as transferências a que os Krenak foram submetidos e a perda das terras, provocando a dispersão do grupo por vários pontos do território nacional;

d) a imposição de convivência dos Krenak com nacionais e outros índios na sua área fez com que ocorresse a opção de casamentos com nacionais e índios de outras etnias.

Podemos observar que, apesar destas dificuldades, há uma clara preferência pelos casamentos entre índios (66,67%), ainda que de diferentes grupos étnicos.

Hoje esta tendência tem-se acentuado, havendo sérias restrições a casamentos com nacionais, principalmente se o nacional for o marido. Os casos já existentes são "suportados", mas novos casamentos, nesta condição, implicarão na expulsão do casal da área da Reserva.

Os "brancos" casados com Krenak não têm qualquer participação ativa na vida e decisões políticas da comunidade. Convivem, mas não são ouvidos ou consultados no tocante às questões fundamentais.

Os Krenak vivem em péssimas condições, passando fome por falta de terras onde possam continuar a criar o ga

do ( sua única fonte de pequena renda fixa, pois vendem leite à Cooperativa de Resplendor) e a abrir roças de subsistência. As poucas roças que haviam plantado em terreno adequado foram perdidas para o fazendeiro Balbino de Lacerda, Prefeito de Conselho Fena, que readquiriu a terra através de Ação de Reintegração de Posse, em dezembro de 1987. Além de terra agricultável, os Krenak viram ficar nas terras de Balbino três casas de morada, escola, enfermaria e depósito com o descaroador de arroz.

Vivem esperançosos com a possibilidade de reaverem suas terras e, assim, recuperarem sua dignidade e o direito à vida. Entretanto a preocupação de todas as pessoas que conhecem os Krenak é se o grupo terá condições de sobreviver, sem morrer de inanição, se resistirá e permanecerá na área ao invés de abandonar Krenak em busca de trabalho em outras regiões.

31

BIBLIOGRAFIA

Abaixo-assinado de fazendeiros de Resplendor enviado ao Secretário do Ministério da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 28 de julho de 1922, man.

Abaixo-assinado dos posseiros da área Krenak enviado ao Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, 15 de abril de 1953, dat.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de - O desbravamento das selvas do rio Doce - memórias, Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1978.

BARBOSA, Amadeu - ofício ao Diretor da Secção de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais, setembro de 1929, dat.

CALDAS, Olímpio de Freitas - ofício a Antonio Jaguaribe, 16 de janeiro de 1918, man.

CÂMARA, Isnard de Albuquerque - Relatório de viagem à sede da Ajúndia Minas-Bahia, aos Postos Indígenas Maxacali, Krenak, e fazenda Guarani no Estado de Minas Gerais, 27 de março de 1972, dat.

CARVALHO, L - ofício com destinatário desconhecido, 31 de janeiro de 1917, dat.

CARVALHO, Romildo - Parecer nº 80/PJ/80 de 27 de junho de 1980, dat.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - Sobre a questão das terras dos índios Krenak, s/d, dat.

EGLER, Walter Alberto - A zona pioneira ao norte do rio Doce in Boletim Geográfico do IBGE, nº 167, Ed. do IBGE, Rio de Janeiro, 1962.

ENGENHEIRO DO 2º DISTRITO DE TERRAS - ofício ao Secretário de A  
gricultura do Estado de Minas Gerais, 16 de maio de 1923, dat.

EMMERICH, C e MONSERRAT, R. - Sobre os Aimoré, Gren e Botocudo. No -  
tas linguísticas in Boletim do Museu do Índio nº 3, Minter, Rio  
de Janeiro, 1975.

ESPÍRITO-SANTO, Marco Antonio - Relatório de viagem, 1989, dat.

ESTIGARRIBIA, Antonio - Relatório apresentado ao Chefe da 2ª Sec -  
ção do SPI, 3 de fevereiro de 1913, dat.

- Relatório Semestral da Inspeção do Espí -  
rito Santo, Bahia e Minas Gerais, 1919, dat.

ESTIGARRIBIA, Antonio - Relatório dos trabalhos efetuados na Inspe -  
ção do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, 1920, dat.

ESTIGARRIBIA, Antonio - Relatório apresentado ao Diretor do SPI ,  
1923, dat.

Trecho de um relatório apresentado pelo Ins -  
petor Antonio Estigarribia à Diretoria do SPI no ano de 1912 re -  
lativamente aos índios do rio Doce in Revista do Instituto His -  
tórico e Geográfico do Espírito Santo, vol. VII, Imprensa Ofi -  
cial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1934.

FUNAI - Informação nº 76/PJ/1971.

JAGUARIBE, Antonio - Ofício ao Diretor de Agricultura, Terra e Co -  
lonização, de 12 de fevereiro de 1918, dat.

LOBO, Samuel Silveira Lobo - Relatório do Inspetor do SPI à Dire -  
toria da Agricultura, Terras e Colonização de Minas Gerais, 13  
de fevereiro de 1918.

- Ofício ao Secretário da Agricultura do  
Estado de Minas Gerais, 21 de setembro de 1920.

Arquivo  
ISA

- Telegrama ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, 9 de agosto de 1922.

- Ofício ao engenheiro-chefe do 2º Distrito de Terras de Minas Gerais, 2 de maio de 1923, dat.

- Informação relativa a processo da Secretaria da Agricultura, Diretoria da Agricultura, Terras e Colonização, Inspeção de Terras e Matas do Estado de Minas Gerais, 26 de agosto de 1930.

LIMA, Mello - Parecer s/nº de 28 de agosto de 1923, dat.

MANIZER, Henri - Les Botocudos in Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXII, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1919.

MARCATTO, Sonia - A repressão contra os Botocudo em Minas Gerais in Boletim do Museu do Índio, nº 1, Minter, Rio de Janeiro, 1979.

MARQUET, Sonia de - Krenak: breve história, 9 de julho de 1982, dat.

NENE, Deocleciano de Souza - Relatório apresentado ao Diretor do SPI relativo ao Posto Indígena Guido Marliere, novembro de 1945, dat.

OLLIAN, José - Indígenas de Minas Gerais, aspectos sociais, políticos e etnológicos, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1965.

PRATES, Carlos - Relatório apresentado ao Dr. José Gonçalves de Souza, Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Minas Gerais referente ao ano de 1911, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1912.

RIBEIRO, - Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura, 5 de fevereiro de 1918, dat.



RODRIGUES, Aryon dall'Igna - Línguas Brasileiras - para o conhecimento das línguas indígenas, Ed. Loyola, São Paulo, 1986.

SECÇÃO DE TERRAS - Informação, 1º de julho de 1930, dat.

SECRETARIA DA AGRICULTURA - Informação, 10 de janeiro de 1930.

SEGUNDO, Antonio Vicente - Relatório enviado ao Chefe da Ajudância Minas - Bahia, 24 de novembro de 1973, dat.

SEKI, Lucy - Apontamento para a bibliografia da língua Botocudo(Borum), 1986, dat.

SERRA, Olímpio - Relatório de viagem do grupo de trabalho criado pela Portaria 143/E de 10 de abril de 1973, dat.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - Ofício ao Secretario do Ministério da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 21 de setembro de 1922, dat.

SILVA, Moacyr de Castro - Mandado de citação ao encarregado do Posto Indígena Guido Marliere, 31 de março de 1953, dat.

SILVEIRA, Álvaro A. da - Relatório apresentado ao Secretário de Finanças referente ao ano de 1910, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1910.

SIMOENS DA SILVA - A tribo dos índios Krenak (Botocudo do rio Doce) in Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas , vol. I, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1924.

SOUZA, Gabriel Soares de - Notícia do Brasil, Livraria Martins, Ed. São Paulo, 1943.

STRAINS, William John - O valle do rio Doce in Revista da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, tomo IV, Typ. Perseverança , Rio de Janeiro, 1888.

STRAUCH, Ney - Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Do -  
ce, Ed. do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1958.

VALERIO, Josias de C. - Ofício ao Secretário de Agricultura do Es-  
tado de Minas Gerais, 16 de maio de 1923, dat.

VITAL, Edmundo - Relatório de viagem ao Posto Indígena do rio Eme,  
8 de junho de 1918, dat.

25

DEPOIMENTOS

- FELIX, Laurita Maria - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 1º de julho de 1989.
- GLÓRIA, Maria Paula da - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 29 de junho de 1989.
- KRENAK, Maria Júlia - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 1º de julho de 1989.
- KRENAK, Maria Augusta - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 30 de junho de 1989.
- OLIVEIRA, José Alfredo - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 1º de julho de 1989.
- OLIVEIRA, Luiza - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 30 de junho de 1989.
- SILVA, Domício Ferreira - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 02 de julho de 1989.
- SOUZA, José Silveira - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 27 de junho de 1989.
- VEITAS, Mário - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 1º de julho de 1989.
- XERENTE, Bibiano - Depoimento à antropóloga, Resplendor, 30 de junho de 1989.